

IMPOSTOS NÃO PAGOS

SONEGAÇÃO

BRASIL PERDERÁ

R\$ 415 BI EM 2013

Rombo corresponde a **10% do PIB nacional** e a 26% de tudo o que foi recolhido. Daria para arrecadar 612,2 milhões de salários mínimos

DIVULGAÇÃO

SONEGÔMETRO

Isto é a média de quanto o Brasil está perdendo com a sonegação de impostos, de 01/01/2013 até 05/06/2013



Um montante de R\$ 177,47 bilhões em impostos já foi sonegado no Brasil de 1º de janeiro ao início da noite de ontem, acusa o novo site Sonegômetro

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

Até o início da noite de ontem, R\$ 177,47 bilhões em impostos haviam sido sonegados no Brasil. Até o final do ano, chegaremos a R\$ 415,1 bilhões. O acompanhamento é feito em tempo real, desde ontem, pelo Sonegômetro, ferramenta criada pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). O objetivo é ampliar o debate sobre a alta carga tributária imposta aos brasileiros e sobre os altos índices de sonegação fiscal.

O projeto foi inspirado em outro protesto contra os tributos, o Impostômetro, criado pela Associação Comercial de São Paulo, que aponta, também em tempo real, o volume de imposto arrecadado por União, Estados e municípios. A partir de agora,

o brasileiro tem acesso ao lado obscuro da arrecadação de impostos.

“A gente entende que há um círculo vicioso. A alta carga tributária acaba provocando um elevado índice de sonegação. Fortalecendo o combate à sonegação de impostos, vamos exigir que se faça uma transferência automática disso para a redução dos tributos”, explicou o presidente do Sinprofaz, Allan Titonelli.

O rombo causado anualmente pela sonegação de impostos (R\$ 415 bilhões) corresponde a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a 26% de tudo o que foi arrecadado no país (R\$ 1,55 trilhões) no ano passado. Para termos ideia do que isso significa, com esse dinheiro daria para pagar 612.241.888 salários mínimos (R\$ 678).

RALOS

O valor estimado de sonegação tributária é superior a tudo que foi arrecadado, em 2011, de Imposto de Renda (R\$ 278,3 bilhões), com tributos sobre folhas e salários (R\$ 376,8 bilhões) ou a quase metade do que foi tributado, também em 2011, sobre bens e serviços (R\$ 720,1 bilhões). Para se chegar ao índice de sonegação, o estudo selecionou 13 tributos que correspondem ao 87,4% do total da arrecadação tributária no Brasil (IR, IPI, IOF, INSS, Cofins, CSLL, FGTS, ICMS e ISS).

Pelas contas do Sinprofaz, a arrecadação brasileira poderia ser 23% maior caso fosse possível eliminar a evasão tributária. “Isso significa que, se não houvesse sonegação de impostos, o peso da carga tributária poderia ser reduzido em até 20% e, ainda assim, manter o

mesmo nível de arrecadação”, destacou Titonelli.

“Temos, hoje, no Brasil uma situação de alta carga tributária e baixa qualidade de serviços prestados pelos governos. Isso gera no contribuinte uma sensação de que o tributo é negativo, quando, na verdade, ele é bom, mas precisa atingir seus objetivos”.

O dirigente aproveitou a ocasião para denunciar as más condições de trabalho dos servidores responsáveis por evitar a sonegação fiscal. “A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, um importante instrumento neste combate, está sucateada. Não temos estrutura e não temos pessoal, fica complicado de trabalhar”.

A população pode acompanhar a contagem da sonegação fiscal no endereço www.sonegometro.com.

Carga pesada eleva sangria de tributos

▄ Sonegação de impostos e carga tributária são diretamente proporcionais. Para o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, quanto maior a evasão, mais pesados serão os impostos. Quanto menor a sangria, menor será o peso dos tributos.

“São disfunções de um modelo regressivo, que penaliza o orçamento dos mais pobres, pois onera muito mais o consumo do que a renda e o patrimônio. Soma-se a isso, a falta de medidas efetivas para coibir e punir os que buscam no ato de sonegar uma fonte de lucro”, argumenta o presidente do Sinprofaz, Allan Titonelli.

O dirigente defende uma

reforma tributária que altere a incidência primordial da tributação do consumo para renda e patrimônio, atendendo à recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e ao princípio constitucional da capacidade contributiva.

“Não é justo que os cidadãos, que pagam em dia seus impostos, e são sobre taxados no momento do consumo, continuem arcando com o prejuízo causado pela alta sonegação. Com esse modelo vigente, 50% do salário de quem ganha dois salários mínimos vai para o governo. Esse percentual cai pela metade para o cidadão que ganha mais de 10 salários”.